

Com Ibrahim à sua direita e Eduardo Assis à esquerda, Zélia anunciou a aprovação das linhas gerais de
Economia - Brasil

Collor aprova plano econômico de Zélia

CORREIO BRAZILIENSE

JAN 1990

16 JAN 1990

O presidente eleito, Fernando Collor de Mello, aprovou ontem as linhas básicas do programa de combate à inflação que irá deflagrar a partir do primeiro dia de governo. O esboço do programa foi entregue pela principal assessora econômica do futuro presidente, Zélia Cardoso de Mello, e contempla desde restrições ao pagamento da dívida externa até a privatização de empresas públicas e as reformas fiscal e patrimonial.

Zélia, com a equipe de técnicos encarregada de montar o plano de estabilização econômica, conversou por mais de três horas com o presidente eleito e disse ter saído do encontro satisfeita com o resultado. O documento, contendo 20 páginas e detalhando dez itens fundamentais da economia, não traz solução única para cada problema a ser enfrentado, mas várias sugestões para Collor escolher. Segunda-feira, em nova reunião no "bolo de noiva", nome popularizado do anexo do Itamarati, o presidente dirá à equipe as alternativas escolhidas.

DESINDEXAÇÃO

Entre as medidas sugeridas no Plano, vazadas através de assessores, está a desindexação de preços e salários, considerada inevitável para o País superar a crise, mas criticada por dirigentes sindicais dos trabalhadores, explicando que deixariam de ter um referencial obrigatório para evitar perdas salariais. Constam também a redução drástica dos subsídios; demissão de servidores

públicos ociosos ou com duplo emprego; cerco aos sonegadores e ampliação da base tributária; e aumento significativo das tarifas públicas, já denominado de "tarifaço". No âmbito da reforma administrativa, o programa sugere a redução de ministérios (dos atuais 27 para 12 ou pouco mais), extinção de órgãos com atuação paralela e fusão de outros.

Do elenco de medidas apresentadas, Zélia limitou-se a tecer considerações genéricas sobre os pontos básicos do programa. Sobre a dívida externa, ela disse que o pagamento das parcelas terá de ser compatibilizado com o nível de comprometimento das reservas cambiais e do saldo da balança comercial suportável pela economia.

A assessora econômica do PRN considerou também fundamental para o êxito do plano o combate aos sonegadores de impostos. "Essa é uma peça fundamental. A recuperação da perda de receita, bem como outras medidas na área fiscal, é um dos pontos indispensáveis do programa", observou Zélia, que aproveitou para afastar os temores da sociedade quanto à expectativa de recessão embutida em algumas dessas medidas.

Ela disse que não há motivo para o mercado financeiro estar intranquilo, pois "a estrutura básica do governo Collor está amplamente definida desde a campanha eleitoral. As prioridades são o combate à inflação e a retomada do desenvolvimento eco-

nômico", garantiu.

Da audiência com o presidente eleito, participaram também o professor Eduardo Modiano, da PUC-RJ; Antônio Kandir, da Unicamp; o advogado Luiz Otávio Motta Veiga; o empresário Luís Eduardo Assis; e Ibrahim Eris, proprietário de uma distribuidora de valores.

Em entrevista após a audiência, Zélia fez questão de reforçar que o programa apresentado a Collor, em todas as suas variáveis, preserva o objetivo de combater a inflação sem que isso resulte em recessão, mas preservando o crescimento da economia. Assegurou também que as medidas sugeridas não implicarão perdas para os trabalhadores.

"O que pretendemos é construir um Brasil moderno, com um Estado moderno e, para isso, impõe-se uma imediata reforma administrativa, a liberalização da economia, a abertura e a integração da nossa economia com o resto do mundo, além de um programa de privatizações", acrescentou.

Apesar da segurança demonstrada por Zélia, nenhum dos integrantes da equipe quis aprofundar a análise sobre a possibilidade de recessão em consequência dos pacotes de medidas a serem anunciados no início do governo Collor. Todos evitaram comentar o temor dos meios empresariais e sindicais de que o programa possa trazer, num primeiro momento, desemprego e contenção salarial.